



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

JOSEFA ERITANIA JACINTO PEREIRA

**POR UMA ESCOLA PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOBRE
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DE
JUAZEIRINHO-PB**

TAPEROÁ - PB

2017

JOSEFA ERITANIA JACINTO PEREIRA

**POR UMA ESCOLA PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOBRE
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DE
JUAZEIRINHO-PB**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado como
requisito para elaboração da
monografia de conclusão do
curso de Pedagogia à Distância,
do Centro de Educação da
Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Keliene Christina
da Silva

TAPEROÁ - PB

2017

P436p Pereira, Josefa Eritania Jacinto.

Por uma escola para todos: uma análise sobre a educação inclusiva em uma escola de Juazeirinho-PB / Josefa Eritania Jacinto Pereira. – João Pessoa: UFPB, 2017.

54f. : il.

Orientadora: Keliene Christina da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia - modalidade a distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação inclusiva. 2. Professor - capacitação. 3. Educação especial.
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

JOSEFA ERITANIA JACINTO PEREIRA

**POR UMA ESCOLA PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOBRE
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA DE
JUAZEIRINHO-PB**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Keliene Christina da Silva - UFPB (Orientadora)

Prof^a Ms. Giovanna Barroca de Moura - UEPB (Examinadora)

Prof^a Ms. Jéssica Lôbo Sobreira - UFPB (Examinadora)

A Deus, que em seu infinito AMOR e sua MISERICÓRDIA ama todos sem distinção. Minhas lutas e vitórias sempre foram e serão guiadas por ele.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e glória seja dada a ele. Me deu força e coragem para seguir a caminhada mesmo diante de tanta dificuldade.

À minha mãe, mulher guerreira e batalhadora que está sempre comigo sendo energia a cada passo dado.

Aos meus irmãos por cada palavra de incentivo lançada em minha direção fazendo com que a perseverança surgisse, por acreditar que sou capaz.

À minha amiga Angélica Santos, a qual me inspira buscar conhecimento diante de inúmeras aprendizagens. A partir de seu ponto de vista pude enxergar o mundo de outra forma, assim traçando objetivos para que as metas sejam realizadas com sucesso. Provocou o desejo de prosseguir a jornada que por sua vez não seria fácil.

À minha orientadora Keliene Christina da Silva, por sanar todas as dúvidas e me direcionar para os caminhos corretos.

À Professora Rosa Lúcia por estar sempre disponível e me ajudar com informações fundamentais para a elaboração deste TCC.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

Epígrafe

Em diversos momentos da vida, nos deparamos com diferenças as quais são importantes para nosso crescimento humano. Como seguidores de Cristo, devemos viver pacificamente com outras pessoas que não compartilham de nossos valores ou não aceitam os ensinamentos sobre os quais se baseiam. Isso inclui amar nosso próximo de diferentes culturas e crenças como Cristo nos ama. Como ensinou um profeta do Livro de Mórmon, devemos prosseguir, tendo “amor a Deus e a todos os homens” (2 Néfi 31:20).

RESUMO

Na última década, o sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem. A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Esse estudo objetivou analisar como é a implementação da Educação Inclusiva na Escola Municipal da cidade de Juazeirinho-PB. E assim verificar como é feita a aprendizagem dos alunos que possuem alguma deficiência. Bem como, conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores para facilitar a aprendizagem dos mesmos, e quais as dificuldades encontradas por eles. A metodologia utilizada foi de natureza básica, com o tipo de pesquisa exploratória descritiva, tendo uma abordagem qualitativa e uma pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita através de fotos registradas e um questionário com duas professoras, sendo uma da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a outra da sala regular, e teve como fonte bibliográfica livros, revistas e sites. A partir da análise dos dados, foi possível notar a grande importância do tema, mostrando a necessidade da capacitação e formação continuada para os professores, para que possam desencadear competências e habilidades para garantir um ensino de maior qualidade, que atendam as diferentes necessidades dos alunos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada.

Palavras-Chaves: Deficiência. Capacitação. Professores. Especial.

ABSTRACT

In the last decade, the school system has been modified with the inclusive proposal, and was adopted a single type of school: regular, which welcomes all students, introduce adequate means and resources and offers support to those who find barriers to learning. The inclusive education comprises special education within the regular school and turns a school into a space for all. It favors diversity in that it considers that all students may have special needs at some moment in their school life. This study objected to analyze how is an implementation of Inclusive Education at Municipal School of Elementary Education in the city of Juazeirinho-PB. And check how the learning of students who has any deficiency is made. As well as, know the methodological strategies used by teacher to facilitate their learning, and which difficulties were found by them. The methodology used was of a basic nature, with the type of exploratory descriptive research, having a qualitative approach, and a field research, the data collect was done through registered photos, and an interview with two teachers, one of Specialized Educational Assistance Class(AEE), and the other of regular class, and had as bibliographic source book, magazines and websites. From the data analysis, it was possible to note the big importance of the theme, showing the necessary for training and continuous formation for teachers so that they can unleash skills and ability to ensure higher quality education, that meet the different needs of students, and effect a different pedagogical practice.

Keywords: Deficiency. Training. Teachers. Special.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sala AEE.....	37
Figura 2: Jogos didáticos.....	38
Figura 3: Materiais utilizados na aprendizagem.....	40
Figura 4: Espaço utilizado para a aprendizagem.....	42
Figura 5: Acessórios da sala AEE.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Como surgiu o interesse pela educação inclusiva?.....	33
Tabela 2: Qual a demanda de alunos especiais que a escola abrange?.....	34
Tabela 3: Quais as barreiras encontradas pelos professores diante da situação do âmbito escolar?.....	34
Tabela 4: De que forma os pais dos alunos lidam com a sala de inclusão?.....	35
Tabela 5: Como os alunos ditos “normais” enxergam os alunos especiais?.....	36
Tabela 6: De que maneira é estabelecida a aprendizagem dos alunos?.....	37
Tabela 7: Quais as ferramentas utilizadas pelos professores para aplicar os conteúdos referentes as disciplinas.....	39
Tabela 8: Qual a realidade da escola perante os alunos especiais?.....	40
Tabela 9: Como se dar as aulas para os alunos com necessidade especial?.....	41
Tabela 10: Quais as mudanças visíveis desde a implantação da sala aqui na instituição?.....	42
Tabela 11: Como é caracterizado o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?.....	43
Tabela 12: Quais as práticas utilizadas para o incentivo dos alunos com necessidades especiais?.....	45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. HISTÓRICO DA INCLUSÃO.....	16
2.1. DEFICIÊNCIA MENTAL.....	17
2.2. DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	18
2.3. DOENÇA MENTAL.....	19
2.4. DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	19
2.5. DEFICIÊNCIA VISUAL.....	20
3. CONCEITO DA INCLUSÃO.....	21
4. A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	23
5. CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	25
6. A FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.....	27
7. METODOLOGIA.....	29
8. ESTUDO DE CAMPO.....	32
9. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
10. CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE.....	53
APÊNDICE A - PESQUISA DE CAMPO PARA VERIFICAR A OPINIÃO DAS PROFESSORAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	53
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME.....	54

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais é possível notar que tem aumentado o número de matrículas de crianças com necessidades especiais em escolas públicas, e sabemos que é determinado pela Constituição Federal de 1988 que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalho” (art. 205) e que “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208).

Tendo como base os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é de suma importância a qualificação dos educadores para o avanço desta reforma educacional, para que possa atender as necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem necessidades especiais. Mas, infelizmente, são poucos os professores que tem preparação, o que torna a ser um dos principais obstáculos para a educação inclusiva.

Segundo Sant’ana, Glat e Fernandes (2005), a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva demanda professores capacitados que tenham formação a respeito da educação inclusiva, adquirindo competências para perceber as necessidades educacionais específicas dos estudantes e flexibilizar a ação pedagógica para atender as suas especificidades. Uma disciplina nos cursos de formação docente que aborde questões relativas à educação especial e à educação inclusiva não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas. Nesse caso podemos falar de informação, mas não de formação.

Para Anache (2011, p. 53) a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva facilita beneficiar diferentes formas de estudo e conteúdo, de acordo com a realidade social e econômica da região e do país. Dessa forma, proporcionar ao futuro professor uma formação, garantindo um estudo teórico de qualidade e capacidade de

reflexão crítica sobre os processos políticos e educacionais, é a função principal dos cursos que formam professores.

Este trabalho teve com objetivo geral analisar como é a implementação da Educação Inclusiva na Escola Municipal da cidade de Juazeirinho-PB. E como objetivos específicos verificar como é feita a aprendizagem dos alunos que possuem alguma deficiência, conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores para facilitar a aprendizagem dos mesmos, e quais as dificuldades encontradas por eles. A metodologia utilizada foi de natureza básica, com o tipo de pesquisa exploratória descritiva, tendo uma abordagem qualitativa e uma pesquisa de campo, a coleta de dados foi feita através de fotos registradas e um questionário com duas professoras, sendo uma da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a outra da sala regular, e teve como fonte bibliográfica livros, revistas e sites.

Dessa forma, vê-se a importância de se contar com professores que tenham sua prática pedagógica alicerçada nos princípios da pedagogia voltada para a criança e não para a deficiência, fundamentada na visão pró-ativa do sujeito, da diferença como um direito humano, dos benefícios que um ambiente inclusivo pode trazer para todos os alunos, garantindo o acesso e a permanência com qualidade, e uma aprendizagem com muito sucesso. Cita-se, como exemplo, trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais é ajudá-los a se desenvolver, a cada dia dar um passo em busca de algo novo, é sonhar que a aprendizagem, mais que teoria, é forma aplicada.

É necessário que as escolas tenham um programa que atenda às necessidades do aluno, para isso o professor precisar utilizar métodos que facilitem a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, podendo ser através de métodos lúdicos.

A educação inclusiva deve ser trabalhada de forma coletiva, para que todos contribuam para o avanço, não só do aluno que apresenta deficiência, mas também todos que estão integrados na educação escolar. “A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada” (SARTORETTO, 2011, p. 78). O mais importante é que a escola tenha todos os elementos necessários para o desenvolvimento do trabalho de forma a educar o indivíduo para que se torne um cidadão, sendo ele social, autônomo e competente.

Vivemos em um novo tempo para a educação inclusiva, onde é preciso assegurar que todos tenham igualdade, sem qualquer tipo de discriminação, direito a condições que dê acesso e permanência escolar. Pensando nisso será feita uma análise para observar se a escola está realmente preparada para receber crianças com determinadas necessidades especiais, avaliar o que pode ser feito para que estas crianças possam aprender como as outras, e quais são os métodos utilizados pelos educadores no ensino-aprendizagem e as dificuldades encontradas. Assim o trabalho procede com Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Estudo de Campo, Análise dos Resultados, Conclusão, Referências e por fim Apêndice (A e B).

2. HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Na idade média ocorriam muitas mortes e perseguições de pessoas com algum tipo de deficiência, essas pessoas não recebiam respeito nem atendimento, eram vítimas de preconceito, vistas como pessoas possuídas por espíritos malignos. No século XVII pessoas que possuíam deficiências eram excluídas da sociedade sendo trancados em celas e hospitais. Na Grécia Antiga, as pessoas tinham uma visão de corpo perfeito seja para homem ou mulher, onde estes deveriam ser saudáveis e fortes, assemelhando-se aos seus deuses e guerreiros.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram consideradas ora amaldiçoadas, ora seres semidivinos, porém sempre foram excluídas do contexto social e objeto de caridade da comunidade (PERELLO, 1978; TORTOSA, 1978; GHIRARDI, 1999). Na história das pessoas com deficiências houve um encontro com uma série de barreiras, estas por questões religiosas, místicas e sociais, onde se tinha a concepção de que as pessoas com deficiências estavam em uma espécie de carma, ou era pecadora, vista assim como inútil para a sociedade e para o mercado de trabalho.

No Brasil, especificamente no século XIX, iniciou-se o atendimento a pessoas com deficiências devido ao interesse de alguns docentes pelo atendimento educacional. Na atualidade existem leis e decretos que foram implantados favorecendo pessoas com algum tipo de deficiência. A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece:

No artigo 3º inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”;

No artigo 205. “A educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”;

No artigo 206, inciso I, “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”;

No artigo 208 “como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Referente ao artigo 208, está o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é uma modalidade que acompanha todos os níveis escolar, identificando as

necessidades do aluno com deficiência, com planos de atendimento para que se tenha uma maior participação dos alunos, atendendo eles em um turno oposto ao que estuda, auxiliando no aprendizado. De acordo com documento denominado declaração de Salamanca:

Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” e “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (MEC/SEESP, 2006:33)

A palavra “deficiência” foi muito utilizada a partir do ano de 1981, porém este termo foi abandonado, já que sugeria que a pessoa inteira é deficiente. Depois houve o surgimento da expressão ‘portador de deficiência’, mas esta palavra sofreu críticas, por não ser algo que se porta como um sapato ou uma bolsa (RODRIGUES & SELEM, 2006). Na atualidade este conceito tem sido é abolido na literatura científica por conta de críticas e análises etimológicas, mas ainda está presente na fala de pais, educadores, pedagogos e sociedade civil (DRAGO, 2011).

A inclusão existe, mas ainda é precária na maioria das escolas públicas brasileiras, o que afeta o aprendizado e a interação social do aluno. Ainda existe muito preconceito, muitas das crianças que tem alguma deficiência sofrem *bullying* na escola. A integração de pessoas com necessidades especiais é um dos grandes desafios encontrados na educação, por causa da falta de profissionais especializados para dar assistência necessária ao aluno, e por causa da falta de estrutura escolar. Dessa forma este trabalho teve com objetivo geral analisar como é a implementação da Educação Inclusiva na Escola Municipal da cidade de Juazeirinho-PB. E como objetivos específicos verificar como é feita a aprendizagem dos alunos que possuem alguma deficiência, conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores para facilitar a aprendizagem dos mesmos, e quais as dificuldades encontradas por eles.

2.1. DEFICIÊNCIA MENTAL

Esta deficiência apresenta problemas relacionados ao cérebro e outras origens ainda não determinadas e se manifesta antes dos 18 anos causando baixa produção de conhecimento, dificuldades na aprendizagem e com consequências no nível intelectual. Um exemplo de deficiência mental conhecida é a Síndrome de Down.

As deficiências mentais podem apresentar vários níveis, sendo leves, moderado, severo e profundo. O problema é que na maioria das vezes só são identificados quando as crianças estão na escola.

As crianças que apresentam essas deficiências podem apresentar dificuldades no seu desenvolvimento e no seu comportamento social, por isso necessitam de acompanhamento de profissionais especializados.

2.2. DEFICIÊNCIA FÍSICA

A criança com deficiências físicas tem o seu bem-estar afetado, gerando dificuldades na educação em torno da mobilidade, vitalidade e auto-imagem infantil. Neste grupo de deficiências estão inseridas condições que vão desde más formações congênitas, poliomielite, epilepsia, asma, febre reumática, paralisia cerebral (não complicada por deficiência mental) e diabetes.

De acordo com Mazzota (1982), os deficientes físicos são pessoas que possuem modificações musculares, ortopédicas, articulares e neurológicas, que necessitam de ferramentas, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. São exemplos de deficiências físicas, tais como: paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

2.3. DOENÇA MENTAL

Trata-se de problemas que afetam a percepção de si próprio e da realidade que o cerca. O desenvolvimento das funções necessárias para a interação com o meio torna-se comprometidas por condições psíquicas anormais. São doenças mentais, tais como: pensamentos obsessivos compulsivos, bipolaridade, esquizofrenia, entre outros.

Há um grande preconceito voltado para este tipo de doença, tanto nas primeiras civilizações como na atualidade, até mesmo entre familiares. Segundo Colvero (2016) os familiares definem como doente mental aquele que apresenta um comportamento diferenciado, com comportamentos não aceito por eles mesmo.

2.4. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

As pessoas que possuem deficiência auditiva podem apresentar perda parcial ou total da audição. Podendo ser em variados níveis, geralmente inclui duas categorias, sendo elas: surdos, aqueles que tem a perda da audição que está acima de setenta decibéis; e os hipoacústicos, que são aqueles que tem uma perda auditiva entre quarenta e cinco e setenta decibéis. Quanto maior for o número de decibéis necessários para que uma pessoa possa responder ao som maior será a perda auditiva.

É possível perceber que muitas escolas já estão matriculando alunos com deficiência auditiva mesmo sem preparo, proporcionando ao alunato o direito de aprender as especificidades da língua materna, ler, escrever e aprender a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que é de grande importância tanto para os alunos surdos quanto para os colegas ouvintes para que haja uma melhor interação.

2.5. DEFICIÊNCIA VISUAL

Nesta categoria de deficientes visuais inclui pessoas cegas e pessoas com visão reduzida, que necessitam de métodos que as auxiliem a ler, como o uso do sistema Braille, materiais didáticos e equipamentos especializados como a ampliação de textos para aqueles que pouco enxergam. No decreto nº 5.296 do artigo quarto, inciso III define como:

[...] deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p.2).

Podem ser causadas de forma congênita ou adquiridas por infecções ou doenças como diabetes, glaucoma, degenerações retinianas, catarata, deficiência visual cortical, descolamento de retina, degeneração senil e traumas oculares. Podendo causar deficiências visuais acentuadas ou cegueira total.

3. CONCEITO DA INCLUSÃO

Segundo Amiralian (1986) a inclusão é uma forma de compreensão e reconhecimento do próximo, por meio da convivência com pessoas distintas de nós. Esse conceito trouxe espaços e tem ganhando patamares jamais esperados, relacionados a valores sociais, filosóficos, religiosos, éticos e morais.

Dessa forma é imprescindível que os direitos dos deficientes não sejam violados. É preciso que integração seja vista como um processo mutante e dinâmico e tem como objetivo que todos os alunos fiquem juntos na mesma escola, em contato com colegas da mesma faixa etária para que favoreça o aluno com necessidades educacionais especiais para um melhor desenvolvimento e uma socialização mais completa e para os demais alunos um contato com metodologias mais individualizadas e atitudes de respeito e solidariedade.

Como bem nos assegura Montoan (2006), a inclusão é um movimento que caminha ao encontro de se ter uma escola sem discriminação, uma escola aberta a todos. Para construirmos uma escola inclusiva que seja capaz de acolher todos os alunos é preciso analisar a concepção de escola que temos e da escola que queremos.

Para Brasil (2001, p. 13) a inclusão facilita o direito que todos que possuem necessidade especial tem em obter um lugar na sociedade, sendo esta grande parceira em seu desenvolvimento. Para esse autor:

Construir uma sociedade inclusiva é um processo de suma importância para o desenvolvimento e preservação de um Estado democrático. Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica).

Como se pode verificar nessa citação, o significado de inclusão é aplicado na educação. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para que pessoas com necessidades especiais tenham seus direitos realizados.

A inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público. Sendo um processo que acontece gradualmente, com avanços e retrocessos isto porque os seres humanos são de natureza complexa e com heranças antigas, têm preconceitos e diversas maneiras de entender o mundo. Cita-se, como exemplo, no ambiente escolar onde se tem alunos com necessidades especiais, precisa que se tenham um acompanhamento em virtude de sua deficiência para que o mesmo possa ter uma evolução no ensino aprendizagem.

Ainda para Brasil (2001, p. 13):

Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica).

Nesse sentido, permite ter seus direitos aceitos sem que haja discriminação ou preconceito. Logo, é importante compreender que a inclusão veio para inserir as pessoas com necessidades especiais na sociedade de forma que as mesmas tenham seus direitos cumpridos, assim acabando com a exclusão que a sociedade impõe sobre os mesmos. Inserindo a pessoa com deficiência no contexto social sem exclusão.

4. A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Assegura a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, orientando os sistemas de ensino para garantir seus direitos. Cita-se, como exemplo, acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Segundo Brasil (1996) a inclusão nas políticas educacionais é enfatizada pela sua abrangência a diferentes grupos excluídos, o que a torna um processo social que busca favorecer parcela da população, geralmente desfavorecida, social e economicamente. Assim agrupando inúmeros tipos de deficiências. Como bem nos assegura Declaração de Salamanca (1994), a inclusão nas políticas educacionais refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagens.

A inclusão nas políticas educacionais permite O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para Brasil (2008) a inclusão nas políticas educacionais facilita fortalecer a educação inclusiva, conhecendo as legislações que normatizam sua efetivação. Fazendo uma prática corrente ou de uma realidade já dada, isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja.

Como se pode verificar nessa citação, o a inclusão nas políticas educacionais é aplicada educação, saúde e assistência social. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para dar suporte na educação de crianças e jovens considerados como “de risco”, apoiando-se em “programas com suporte na comunidade”.

O objetivo principal deste texto é “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2008, p.14).

Nesse sentido, a inclusão nas políticas educacionais permite garantir os direitos dos alunos com deficiências. Logo, é importante compreender que em 2008, o Ministério da Educação lança a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda para Brasil (2008, p. 01):

para construir este novo paradigma e alcançar igualdade, muitas são as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, o que evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, “a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão”.

Deixando explícito que a educação especial deve ser entendida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os outros níveis, as modalidades e as etapas do processo educacional, além de orientar sobre as propostas de atendimento educacional especializado, disponibilização de recursos e serviços e contribuições metodológicas e de implementação. Nesse sentido, vamos exemplificar o a inclusão nas políticas educacionais como direitos das pessoas com deficiências a viver na sociedade sem discriminação e preconceito.

5. CAPACITAÇÃO DOS DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil são muitos os desafios encontrados, mas a falta de preparo das professoras e professores ganha destaque quando o tema é abordado.

Esses profissionais também devem apoiar os educadores das escolas regulares que tiverem crianças e adolescentes com essas particularidades em suas salas de aula. Como bem nos assegura a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva é a formação dos professores que vão trabalhar nos atendimentos educacionais especializados para atender diretamente as especificidades dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação deve acontecer em cursos específicos.

Esta capacitação dos docentes permite uma educação mais eficiente de professores, também há influencia através das mudanças ocorridas na sociedade, no mundo do trabalho e na economia do país. Para Anache (2011) está capacitação dos docentes para uma educação inclusiva vai facilitar e beneficiar as diferentes formas de estudo e conteúdo, com a realidade social e econômica da região e do país. Dessa forma proporciona ao futuro professor formação garantindo um estudo teórico de qualidade e capacidade de reflexão crítica sobre os processos políticos e educacionais é a função principal dos cursos que formam professores. Para este autor:

A educação especial é fruto da mudança da forma de pensar de uma sociedade, ou seja de suas concepções do progresso das políticas públicas e dos movimentos sociais que pressionam o Estado na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais. Nesse sentido, a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva permite formar docentes buscando a qualidade do ensino para crianças com necessidades educativas especiais. (ANACHE 2011, p. 53)

Como se pode verificar nessa citação, a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva é aplicada em escolas regulares contendo o conhecimento mínimo exigido, uma vez que há a possibilidade de lidarem com alunos com “necessidades educativas especiais”. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para obter conhecimento a respeito dos tipos de deficiências, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com a conceituação, características e possibilidades de trabalho pedagógico, podendo assim ser de grande valia para os profissionais da educação, mas é necessário que se considere sempre a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças. Assim, a discussão de casos, a socialização de experiências bem-sucedidas no coletivo da escola, também pode ser uma ferramenta de grande ajuda para toda a comunidade escolar.

Dessa forma ver-se a importância de se contar com professores que tenham sua prática pedagógica alicerçada nos princípios da pedagogia voltada para a criança e não para a deficiência, fundamentada na visão pró-ativa do sujeito, da diferença, como um direito humano, dos benefícios que um ambiente inclusivo pode trazer para todos os alunos, garantindo o acesso e a permanência com qualidade, e uma aprendizagem com muito sucesso. Cita-se, como exemplo, trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais é ajuda-los a se desenvolver. A cada dia dá um passo em busca de algo novo, é sonhar que a aprendizagem é forma aplicada.

Logo, é importante compreender que os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. Nesse sentido, vamos exemplificar a capacitação dos docentes para uma educação inclusiva como mudar as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças.

6. A FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A ligação da família com a escola potencializa o processo de ensino e aprendizagem do educando, na etapa educacional. A escola complementa as ações da família e vice-versa. Segundo Buscaglia (1993) o a família no processo de inclusão é oferecer-lhe um lugar onde possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Como bem nos assegura Cambruzzi (1998), o a família no processo de inclusão é proporcionar condições necessárias para o desenvolvimento da criança, através de seu ambiente físico ou social. A família é mediadora e ativadora no processo de ensino-aprendizagem de maneira que o primeiro espaço social da pessoa é a sua família, no ambiente onde vive a criança constrói valores e referências sejam elas boas ou ruins.

Para Fernandes (2007, p. 37) a família no processo de inclusão facilita o desenvolvimento da criança, assegurando o bem estar da criança, assim sendo necessária mudanças que envolva barreiras físicas. Para esse autor: “[...] são necessárias mudanças estruturais que envolvem a remoção de barreiras físicas e materiais e a organização de suportes humanos e instrumentais, para que todos possam ter a participação social em igualdade de oportunidades e condições.”.

Como se pode verificar nessa citação, a família no processo de inclusão, seja aplicado em todos os lugares seja o físico como o social, garantindo o direito da criança a ter uma vida em sociedade, sem que haja barreiras para seu desenvolvimento. Evidentemente a aplicação pode ser utilizada para ensinar aos filhos as noções destinadas à defesa da vida, ensinar habilidades psicofísicas que vão se formando na criança, no decorrer de seu desenvolvimento evolutivo, até alcançar a maturidade adulta.

Os pais precisam estar conscientes e mobilizados a apoiar e estar em conjunto com a escola para o aprendizado do filho, algo que atrapalha muito o desenvolvimento das habilidades da pessoa com necessidade especial é a superproteção dos pais, de maneira que não contribuirá em nada para o desenvolvimento da autonomia da pessoa. Cita-se, como exemplo, A família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste contexto que a criança cresce, expõe seus

sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições e é através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade.

Ainda para Fernandes (2007, p. 45), “Movimento ligado à valorização de TODAS as pessoas independente de suas diferenças individuais, inclusive àquelas com deficiências”. Nesse sentido, a família no processo de inclusão permite a criança se desenvolver no seu processo de maturação, adquirindo habilidades motoras de que necessita. Desenvolvendo as noções psíquicas relativas a tais habilidades, para que possa assim crescer e transformar-se em adulto.

Logo, é importante compreender a vida em sociedade é complexa, e caracterizada pela convivência de pessoas diferentes; a inclusão sugere a integração de todas as pessoas de maneira a construir um entendimento comum de que a unidade e a pluralidade silenciem a existência humana na condição de diferente e anule a exclusão. Dessa forma, vamos exemplificar o a família no processo de inclusão como a escola, depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Contudo, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos deficientes. Esse trabalho de acompanhamento dá, primeiramente, segurança à criança e permite a ela desenvolver as suas habilidades de forma mais tranquila.

7. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa exploratória e descritiva e uma pesquisa de campo em uma das escolas da rede municipal do município de Juazeirinho, visando o entendimento de como se dá a educação inclusiva neste município.

De acordo com Cervo, Berviane e da Silva (2007) a pesquisa é um método utilizado para solucionar problemas que são práticos ou teóricos, por meio de procedimentos científicos. Pesquisar é realizar diversos tipos de coleta, se basear em métodos, e assim poder chegar a uma resposta para os problemas.

A pesquisa engloba vantagem para se obter resultados através de métodos que utiliza inúmeros tipos de coleta, assim chegando no resultado desejável.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Para melhor exploração desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa: Exploratória e Descritiva.

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa envolve situações inseridas na realidade:

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.227).

Conforme citado acima a pesquisa teve como abordagem a qualitativa, pois buscou informações e opiniões referente aos objetivos. Nesse sentido tem-se o tipo de

raciocínio hipotético-dedutivo para que a partir de uma hipótese possa chegar a uma base de solução viável para o problema.

GIL (2008) por sua vez salienta que: O estudo de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de questionários com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade.

Notou-se a pesquisa estudo de campo no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: observações e questionários para obter informações acerca do assunto. Como instrumento para coleta de dados utilizou-se o questionário e observações em campo, a fim de se obter uma melhor apreciação do conteúdo apresentado no trabalho.

Mattar conceitua (1996, p.48): São aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que são coletados com o propósito de atender as necessidades específicas da pesquisa em andamento. As fontes básicas de dados primários são: pesquisado (sic), pessoas que tenham informações sobre o pesquisado e situações similares.

Para realização desta pesquisa utilizou-se as fontes primárias, visto que dados ainda não estudados e também fontes secundárias, devido a pesquisa e coleta de informações bibliográficas pautadas no assunto objeto de estudo.

Para início do trabalho foi feito um estudo sobre o tema que seria abordado. Em seguida uma análise dos capítulos que seriam feitos no TCC, posteriormente uma observação da instituição para se obter a coleta de dados e uma aplicação de questionário com duas professoras da Escola Municipal para obter informações necessárias para o estudo.

Para a conclusão deste trabalho, as informações de maneira sensata foram obtidas através de um questionário de 12 perguntas relacionadas ao assunto estudado, aplicado junto as duas professoras uma da sala regular e a outra da sala AEE ambas da instituição Municipal da cidade de Juazeirinho-PB. A pesquisa foi realizada entre 02 de Outubro de 2017 até 14 de Outubro de 2017, período este de mais disponibilidade dos professores.

A pesquisa possui um grau de confiabilidade baseado na autoridade e relevância dos autores escolhidos. Uma vez que a apresentação dos resultados tem-se como base em observações e questionário aplicada no âmbito escolar, considerada importantíssimos para o tema do estudo referido. É importante destacar também como autores principais Amiralian, Montoan, Brasil e Fernandes. Muitos outros autores estão presente para reforçar o pensamento dos autores principais. No capítulo I é possível perceber como os autores Perello; Tortosa; Ghirardi deixa seu conceito de forma clara, onde foi possível através do mesmo realizar um bom embasamento e credibilizar ainda mais o estudo, também Amiralian perpetua conceitos no capítulo II do estudo, bem como Brasil apresentou ótimos embasamentos que possibilitaram argumentos claros e fortes para o tema da pesquisa.

8. ESTUDO DE CAMPO

O local escolhido para desenvolvimento desta pesquisa foi a Escola Municipal da cidade de Juazeirinho-PB, que faz parte da Rede de Ensino do Município em questão. Desde de 2015 a sala AEE da instituição mencionada está em funcionamento, oferecendo ensino público de qualidade em sintonia com as demandas existentes.

A Escola Municipal oferece Sala de AEE (Assistência Educacional Especializado), sala de aula climatizada, bem equipada, brinquedos e recursos multimídia. A unidade tem 25 docentes efetivos, e 15 contratados, sendo que destes 40 nenhum se encontra afastado ou de licença.

Assim, a realização deste estudo teve como sujeitos de pesquisa duas professoras, sendo uma da sala AEE e a outra da sala regular desta determinada escola, pelo fato deste TCC ser na área da Educação Inclusiva, e ter a necessidade de buscar pessoas que sejam de fato inseridas nesse contexto o social o que facilitou o acesso aos docentes.

A pesquisa foi feita durante o mês de novembro de 2017 observando as estratégias utilizadas pelos professores e como procede a aprendizagem dos alunos com deficiência. E também foram feitas questionários com tais professoras para compreender suas perspectivas diante de suas convivências com os alunos com deficiência.

9. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal por meio de observação e questionário respondida durante o mês de novembro de 2017. O universo de pesquisa compreendeu as duas respostas obtidas pelas docentes. Este questionário foi a ferramenta metodológica que norteou a pesquisa, sendo que sua elaboração visou discutir questões relativas a percepção dos docentes quanto a Educação Inclusiva.

Na instituição atualmente atende crianças com laudo de autismo, paraplegia, deficiência intelectual, retardo mental, bipolaridade, esquizofrenia, distúrbios de comportamentos, surdes, baixa visão, síndrome de Asperger, dislexia, altas habilidades. O acompanhamento parte primeiro da professora do ensino regular, onde é percebido algo de errado com o aluno e encaminhado para a sala de AEE, depois a professora da sala AEE passa a investigar o aluno, não se tem números precisos de atendimentos para identificar qual o tipo de deficiência do aluno. A professora acompanha o aluno e depois encaminha para neurologista, fonoaudiólogo, psicólogo, qual especialização achar necessária para se obter o laudo.

Inicialmente para conhecer o perfil das professoras foram disponibilizados 2 campos para resposta: nome e curso em que leciona. Ambas professoras se identificaram, quanto ao curso em que lecionam ambas atuam em cursos da área de Pedagogia. Para aprofundar no tema deste estudo, foram apresentadas 12 questões com a finalidade de obter um parecer acerca do objetivo da pesquisa. Para coleta de dados utilizou-se questões abertas, buscando obter informações mais abrangentes sobre o assunto objeto de pesquisa. Para manter o sigilo das informações, optamos por designar a professora da sala AEE como professora 1 e a professora da sala regular como professora 2. A Primeira questão trata do interesse pela Educação Inclusiva, representado na tabela a seguir:

Tabela 1: Como surgiu o interesse pela educação inclusiva?

Professora 1	Despertou na época que fazia pedagogia, pensou em fazer especialização e pensou na área da inclusão, e não queria atuar na
---------------------	--

	área mais burocrática, pensava mesmo em atuar.
Professora 2	Devido à grande demanda de alunos com alguma deficiência.

De acordo com a tabela 1 percebe-se que a Professora 1 buscou capacitação na área da inclusão. Já na Professora 2 despertou o interesse por ter alunos especiais em sala de aula, o que denota uma deficiência nos cursos de formação de professores no que diz respeito ao trabalho com alunos com deficiência.

A Segunda questão trata do números de alunos:

Tabela 2: Qual a demanda de alunos especiais que a escola abrange?

Professora 1	Atualmente tem 86 matriculados e frequentando cerca de 60. Pois alguns saem outros entram.
Professora 2	Em números plenos não sei informar. Mas atende ao público que a procura.

A pergunta feita na segunda questão está voltada para a sala AEE, onde a Professora 1 tem mais propriedade que a Professora 2 para responder, pois é a ela que cabe o atendimento, quantificação e análise dos alunos laudados.

A Terceira questão refere as dificuldades que os docentes encontram:

Tabela 3: Quais as barreiras encontradas pelos professores diante da situação no âmbito escolar?

Professora 1	Na verdade hoje, o profissional de educação não tem como identificar, por não ter tanto conhecimento para trabalhar com a demanda, porque existe muitos
---------------------	---

	tipos de deficiências, e tem aumentado cada vez mais, e não há uma qualificação adequada. Por exemplo, há sempre uma grande quantidade de surdos, mas há a falta de interpretes, alunos com deficiência visual e os professores não conhece o braile. Então falta uma capacitação e de uma formação continuada para atuar na inclusão.
Professora 2	Falta de capacitação aos professores que se encontram em sala de aula, falta de profissionais especializados para cada necessidade específica.

De acordo com a tabela 3 ambas professoras referem-se à formação dos professores, onde a falta de capacitação é muito presente, mesmo a tantas formas de buscar informações e aperfeiçoamento.

A Quarta questão refere-se aos pais dos alunos:

Tabela 4: De que forma os pais dos alunos lidam com a sala de inclusão?

Professora 1	No primeiro momento os pais vem em busca de uma coisa rápida, achando que seja algo milagroso, o que na verdade não é. O atendimento educacional especializado (AEE) é uma parte que se trabalha em cima da determinada deficiência pedagógica, primeiro tem que identificar qual é o real problema daquela criança, e muitas vezes elas são encaminhadas para psicólogos, fonoaudiólogos, no caso de Juazeirinho
---------------------	---

	<p>não há uma equipe multidisciplinar, não tem esse tipo de equipe, o que tem é parcerias, e o ideal é que tivesse uma melhoria nessa parceria.</p> <p>Os pais as vezes não entendem muito o que é a sala, outros não aceitam que seus filhos tenham alguma deficiência, outros perguntam por que mandam essas crianças irem para a sala. O trabalho é bem complexo, não só com os alunos, mas também com os pais.</p>
Professora 2	A maioria dos pais lida com interesse e atenção.

Na tabela 4 a Professora 1 responde de forma detalhada o que vive dia-a-dia dentro da escola, visto que a mesma trabalha com os alunos deficientes e sabe realmente a realidade vigente no ambiente escolar, enquanto que a Professora 2 responde de forma superficial já que a mesma leciona na sala regular e apenas faz o encaminhamento dos alunos que apresenta algo diferente.

A Quinta pergunta refere-se aos alunos da sala regular:

Tabela 5: Como os alunos ditos “normais” enxergam os alunos especiais?

Professora 1	<p>Ainda existe falta de esclarecimento, pois o preconceito é a falta de informação, é necessário que seja feito um trabalho, pois a escola inclusiva não é só o AEE, toda a equipe pedagógica deve ser trabalhada. O aluno tem que entender que somos iguais em nossos direitos, nós podemos ser diferente, mas nos direitos somos iguais e</p>
---------------------	--

	cada deficiência tem sua lei própria.
Professora 2	Hoje, eles já têm uma visão diferente demonstram-se mais acolhedores, solidários e amigos

De acordo com a tabela 5 percebe-se que a Professora 1 ver uma certa rejeição quanto ao aluno com deficiência, enquanto que a Professora 2 mostra que atualmente a visão dos alunos ditos "normais" tem mudado.

Figura 1: Sala AEE



Fonte: Josefa Eritania Jacinto Pereira (2017)

A figura acima mostra a sala AEE, seu espaço físico, brinquedos e um momento da aula. A Sexta questão trata da aprendizagem dos alunos:

Tabela 6: De que maneira é estabelecida a aprendizagem dos alunos?

Professora 1	Com vários métodos, depende muito da
---------------------	--------------------------------------

	dificuldade da criança tem a sala multifuncional, atividade escrita, aulas com o lúdico, jogos, atividades criadas na sala.
Professora 2	A aprendizagem dos alunos é desenvolvida através de atividades práticas e lúdicas de acordo com a necessidade de cada um.

Na tabela 6 tanto a Professora 1 como a Professora 2 seguem a mesma linha de raciocínio, porém a Professora 1 detalha de forma específica o que ocorre na sala AEE.

Figura 2: Jogos didáticos



Fonte: Josefa Eritania Jacinto Pereira (2017)

De acordo com a figura podemos ver alguns brinquedos utilizados em aula para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos. A Sétima questão refere ao conteúdo das disciplinas:

Tabela 7: Quais as ferramentas utilizadas pelos professores para aplicar os conteúdos referente as disciplinas?

Professora 1	É necessário fazer um filtro curricular, ver dentro do currículo o tema que está sendo trabalhado, adaptar o material para que a criança entenda o conteúdo de forma mais clara.
Professora 2	Através de uso de imagens, recortes e ilustrações.

De acordo com a tabela 7 a Professora 1 explica como procede as ferramentas usadas para a aplicação dos conteúdos, onde se dá através do acompanhamento do conteúdo trabalhado na sala regular para poder fazer uma adaptação do material para se trabalhar na sala AEE. Já a Professora 2 citou algumas maneiras que se é trabalhado os conteúdos.

Figura 3: Materiais utilizados na aprendizagem



Fonte: Josefa Eritania Jacinto Pereira (2017)

A figura acima trata-se de brincadeiras que a professora da sala AEE realiza para que o desenvolvimento dos alunos ocorra de forma dinâmica.

A Oitava questão refere-se a realidade da escola:

Tabela 8: Qual a realidade da escola perante os alunos especiais?

Professora 1	Hoje em dia, a escola é a escola mais preparada em inclusão, por ter a sala, o prédio ser adaptado (banheiro, rampas, barras e etc) mas mesmo assim ainda é preciso uma capacitação para os profissionais, professores, para que possam dar suporte e trabalhar e receber melhor esses alunos.
---------------------	--

Professora 2	As aulas são ministradas com materiais normais adaptando os conteúdos de acordo com as necessidades de cada um.
---------------------	---

Na tabela 8 a Professora 1 relata que a escola mais preparada do município para receber os alunos com deficiências é a Escola Municipal, seja no prédio como em material para se trabalhar com os alunos, porém ressalta a falta de capacitação dos profissionais. Já a Professora 2 responde de forma superficial, onde relata como as aulas são ministradas. A Nona questão trata das aulas:

Tabela 9: Como se dar as aulas para os alunos com necessidade especial?

Professora 1	Aulas específicas para cada tipo de deficiência, é feito um planejamento.
Professora 2	Utilização do espaço físico com a acessibilidade para cada deficiência e uma sala de AEE para todos.

Na tabela 9 a Professora 1 relata que há uma diferença entre cada deficiência e que é preciso ser trabalhada de forma distinta para atender a aprendizagem. Já a Professora 2 relata que a escola tem espaço físico para atender os alunos com deficiências além de ter uma sala AEE para trabalhar as necessidades.

Figura 4: Espaço utilizado para a aprendizagem



Fonte: Josefa Eritania Jacinto Pereira (2017)

De acordo com a figura podemos ver como o ambiente é organizado, com morais, brinquedos, mesas e cadeiras.

A Décima questão refere-se as mudanças na instituição:

Tabela 10: Quais as mudanças visíveis desde a implantação da sala aqui na instituição?

<p>Professora 1</p>	<p>Observa-se a evolução dos alunos, os alunos tem se destacado conseguindo êxito com suas notas que antes não tinha, nós temos alunos que faz vários anos que está matriculado em uma só série por ter algum tipo de deficiência intelectual e depois de nossos atendimentos tem conseguido êxito.</p>
----------------------------	---

	Alguns já foram alfabetizados, tem sido alcançado o conhecimento mesmo de aprovação de notas melhores de aquisição da linguagem e da escrita, ter se inserido na aula verdadeiramente não mais só por tá sendo matriculado. Hoje tem alunos que saem das salas que antes não saíam porque não se via como aluno porque tinha uma deficiência
Professora 2	Melhoria no atendimento e no desenvolvimento da aprendizagem das crianças com necessidades especiais.

Na tabela 10 ambas Professoras concordam que os atendimentos na sala AEE tem evoluído para a aprendizagem dos alunos deficientes, pois a atenção da Professora 1 é mais presente que a da Professora 2, pois requer sua atenção para o tipo de deficiência e acompanhamento de sua aprendizagem, já a segunda Professora atende inúmeros alunos ao mesmo tempo.

A Décima Primeira questão refere-se ao desenvolvimento dos alunos especiais:

Tabela 11: Como é caracterizado o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

Professora 1	<p>Nós temos uma ficha elaborada por mim. Onde é feita uma que se quer alcançar. Primeiro é feito um diagnóstico do aluno quando ele chega (Como ela está?), daí traça a meta a curto, médio e longo prazo.</p> <p>Então o aluno que chega e não conhece nenhuma letra, é feita a curto prazo o que é que a gente deseja. Por exemplo:</p>
---------------------	--

	<p>começar a identificar as vogais. A médio prazo: conseguir fazer seu nome. A longo prazo: ler.</p> <p>A cada período percebe-se os avanços e a evolução desse aluno, fazendo assim uma avaliação sequenciada e continuada para ver se ele está atingindo nossos objetivos.</p>
Professora 2	<p>É caracterizado pelo convívio sócio-educativo com os demais alunos, facilidade de raciocínio mediante as atividades propostas.</p>

Na tabela 11 a Professora 1 relata de forma sequenciada como se dá o desenvolvimento do aluno e de que forma essa evolução é acompanhada. Já a Professora 2 diz que o desenvolvimento é estabelecido através do convívio sócio-educativo.

Figura 5: Acessórios da sala AEE



Fonte: Josefa Eritania Jacinto Pereira (2017)

A figura acima mostra como o ambiente é preparado para atender os alunos. Tem-se uma estante onde se coloca os brinquedos, tem computador, televisão, impressora, os espaços estão organizados de acordo com a demanda dos alunos.

A Décima Segunda questão refere-se as práticas utilizadas:

Tabela 12: Quais as práticas utilizadas para o incentivo dos alunos com necessidades especiais?

<p>Professora 1</p>	<p>Nós sempre tentamos incluí-los e mostrar os seus direitos, como por exemplo: Desde o ano p</p> <p>assado começamos a trabalhar a participação em aulas de educação física. Os alunos que tem deficiência física não participavam porque eles mesmo se</p>
----------------------------	--

	achavam incapazes e não eram incentivados. Esse ano eles já participam dos jogos, eles já fazem os exercícios, participa das aulas e vemos uma integração, assim vamos fazendo esse incentivo, trabalhando na cidadania, nos seus direitos e mostrando a eles que a escola também é deles. Eles não devem se sentirem excluídos. O incentivo é para participar dos eventos na escola como um todo, a recrear, a ir para a fila da merenda, a na sala de aula regular perguntar aos professores.
Professora 2	Através de atividades práticas e teóricas através de jogos, material dourados, figuras espaciais entre outros que despertem e incentivem o aluno ao aprender.

Na tabela 12 ambas Professoras relatam como se dá o envolvimento do aluno especial na instituição, a interação com os colegas e professores. Forma sequenciada como se dá o desenvolvimento do aluno e de que forma essa evolução é acompanhada.

Com base nas respostas das Professoras vê-se a necessidade de capacitação profissional por parte dos funcionários que fazem parte da equipe da Escola Municipal. Diante dos questionários com as duas Professoras foi possível observar que o aluno com necessidade especial é capaz sim de se desenvolver, de apresentar habilidades através de um atendimento específico em que se trabalha a deficiência específica que cada aluno possui.

Sendo assim, os docentes apresentaram as seguintes sugestões: Capacitação dos professores, ter mais parcerias que ajudem a sala AEE; sistema acadêmico adaptado; construção colaborativa ser mais incentivada; ter um sistema para realizar

avaliação individualizada e direcionada, de acordo com a evolução e capacidade de cada aluno; facilitar a criação de conteúdo pelo professor para o aluno estudar fora da sala de aula; assistência a fim de fazer com que os alunos raciocinem sobre situações do mundo real.

10. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise sobre a educação inclusiva realizada na Escola Municipal de Juazeirinho-PB, uma reflexão acerca das metodologias, ferramentas e dificuldades encontradas ao trabalhar essa modalidade de ensino, além disso, também permitiu utilizar diferentes recursos didáticos e avaliar como esses recursos auxiliam na aprendizagem do conteúdo.

De um modo geral, as professoras demonstraram interesse em trabalhar com a deficiência em sala de aula e buscaram meios para estarem incluindo os alunos com necessidade especial, mas ainda possuem algumas dificuldades, como a falta de capacitação e formação continuada para os docentes, buscando atuar na inclusão, o apoio total da equipe do município e da escola. Diante dos questionários vemos que ambas as professoras trabalham com atividades práticas e lúdicas de acordo com a necessidade de cada um, inserindo atividade escrita, aulas com o lúdico, jogos, atividades criadas na sala.

Os alunos deficientes tiveram grande desenvolvimento desde a implantação da sala AEE na instituição, onde se tem conseguido êxito com as notas que antes não tinha, tem sido alcançado o conhecimento mesmo de aprovação de notas melhores de aquisição da linguagem e da escrita, e obteve melhoria no atendimento e no desenvolvimento da aprendizagem das crianças com necessidades especiais.

A observação em campo foi primordial, pois através da mesma foi possível obter informações necessária para o desenvolvimento deste trabalho, acompanhar um pouco da rotina da professora da sala AEE, onde foi possível registrar por meio de fotos o ambiente escolar e conhecer sobre a modalidade de ensino. O questionário permitiu um leque de conhecimento, as professoras mostraram suas opiniões e pontos de vista acerca da Educação Inclusiva na instituição.

Dada à importância do tema, torna se necessário a capacitação e formação continuada para os professores, que possam desencadear competências e habilidades para garantir um ensino de maior qualidade, que atendam as diferentes necessidades dos alunos e, assim, efetivar uma prática pedagógica diferenciada.

Nesse sentido, a utilização de recursos, capacitação e formação continuada na escola permitem os professores mediar o processo ensino/aprendizagem de uma forma mais enriquecedora, motivando o aluno a ter mais vontade de aprender e contribuir para que a aprendizagem seja realmente significativa. Visto que o aluno com necessidade especial é capaz sim de se desenvolver, de apresentar habilidades através de um atendimento específico em que se trabalha a deficiência específica que cada aluno possui.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M.L.T.M. Psicologia do excepcional. In Rappaport, C.R. (coord.) Temas – Básicos de Psicologia. São Paulo: EPU, 1986, V.8.

ANACHE, A. A. MACIEL; C. E. MACIEL. (Org.) **Educação Especial**. Campo Grande, MS – 2011

As deficiências psicológicas e o aperfeiçoamento humano. Disponível em: <<http://www.logosofica.org.br/artigos/as-deficiencias-psicologicas-e-o-aperfeicoamento-humano/172.aspx>>. Acessado em 02 de novembro de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...>. Acessado em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n. 017/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2. ed. Atualizada. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Trad. Raquel Mendes. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BUSCAGLIA, L.F. Love. Nova Jersey. SLACK, Inc., 1973. (Amor. Rio de Janeiro, Editora Record.)

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez**. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3. Foz do Iguaçu – PR: Qualidade, 1998. p. 86-90

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLVERO, Luciana de Almeida; IDE, Cilene Aparecida Costardi; ROLIM, Marli Alves- Família e doença mental: a difícil convivência com a diferença. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. vol.38. n.2. São Paulo: Junho 2004.

CORREIA, Clacy Somenzi. **O Desafio da Inclusão no Ambiente Escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR. 45f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino).** Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

Educação inclusiva e formação docente. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/>>. Acessado em 02 de novembro de 2017.

FERNANDES, E. M. **Construtivismo e Educação Especial.** Revista Integração. MEC /SEESP, 5 (11), pg 22-23, 1994.

FERNANDES, E. M. **Educação para todos, saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de 41 atenção a pessoas portadores de deficiências.** Benjamim Constant, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós -LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT R, FERNANDES EF. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão: MEC/SEESP.** 2005; 1(1).

GOMES, Isabel Cristina Dos Santos. **A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MENTAL NAS CLASSES REGULARES.** Salvador, 2009. p.66

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** In: _____; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-29.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola: inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo, 2006. p.211

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. (Série Cadernos de Educação).

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

Monografia “INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL”. Disponível em: <<http://superclickmonografias.com/blog/?p=231>>. Acessado em 02 de novembro de 2017.

Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acessado em 19 de novembro de 2017.

PERELLÓ, J.; TORTOSA, F. **Sordomudo audiofonologia y logoterapia**. Barcelona: Editorial Científico Médico, 1978.

___ . Plano Nacional de Educação. PNE nº 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

___ . Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial. v.04, nº 1, Brasília: jan./jun. 2008.

RODRIGUES MLA. SELEM MCO. Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. *Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil*. Abril – Julho/2006

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. 318 p.

RODRIGUES, D. (Org.). **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva**. In:

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANT’ANA, Isabela Mendes. **Revista Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.2, p. 227-234, mai/ago. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PESQUISA DE CAMPO PARA VERIFICAR A OPINIÃO DAS PROFESSORAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- 1) |Como surgiu o interesse do (a) professor (a) pela Educação Inclusiva?
- 2) Qual a demanda de alunos com necessidade especial que a escola abrange?
- 3) Quais as barreiras encontradas pelos professores diante da situação vigente no âmbito escolar?
- 4) De que forma os pais dos alunos lida com a sala de Inclusão?
- 5) Como os alunos ditos “normais” enxergam os alunos especiais?
- 6) De que maneira é estabelecida a aprendizagem do alunos?
- 7) Quais as ferramentas utilizadas pelo (a) professor (a) para aplicar conteúdos referente as disciplinas?
- 8) Como se dá as aulas para os alunos com necessidade especial?
- 9) Qual a realidade da escola perante os alunos especiais?10) Quais as mudanças visíveis desde a implantação da sala AEE na Instituição?
- 11) Como é caracterizado o desenvolvimento dos alunos com necessidade especial?
- 12) Quais as práticas utilizadas para o incentivo dos alunos com necessidade especial?

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME



UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – Modalidade a Distância

AUTORIZAÇÃO

Eu abaixo assinado(a), autorizo Josefa Eritania Jacinto Pereira, estudante de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título POR UMA ESCOLA PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM JUAZEIRINHO-PB e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Ms. Keliene Christina da Silva.

Juazeirinho-PB, 10 de Novembro de 2017.



UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – Modalidade a Distância

AUTORIZAÇÃO

Eu abaixo assinado(a), autorizo Josefa Eritania Jacinto Pereira, estudante de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **POR UMA ESCOLA PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA** EM JUAZEIRINHO-PB e está sendo orientado por/pela Prof.(a.) Ms. Keliene Christina da Silva.

Juazeirinho-PB, 13 de Novembro de 2017.

_____ado